TozziniFreire.

Aprovada Lei das Eólicas Offshore

A Presidência da República sancionou, em 10 de janeiro de 2025, a Lei nº 15.097/2025 (Lei das Eólicas Offshore), que disciplina o aproveitamento do potencial energético offshore.

Outorga de Uso: O direito de uso para geração de energia elétrica offshore será concedido pelo Poder Executivo, mediante autorização (contratação direta) ou concessão (processo competitivo). A exploração dependerá de autorização da ANEEL.

Procedimentos de Cessão de Uso:

- Oferta Permanente (autorização): chamada pública com prazo mínimo de 120 dias para manifestações de potenciais interessados (art. 7°).
- Oferta Planejada (concessão): processo licitatório (art. 9°).



Estudos Ambientais: Estudos de impacto ambiental obrigatórios em diversas fases do projeto, passando a integrar o banco de dados do inventário brasileiro de energia offshore.

O monitoramento ambiental contínuo é exigido após a implementação.

Participações Governamentais:

- Bônus de Assinatura: valor estabelecido no edital e termo de outorga.
- Taxa de Ocupação da Área: calculada em R\$/km², paga anualmente.
- Participação Proporcional: percentual do valor da energia gerada, pago mensalmente.

Descomissionamento: Obrigações de descomissionamento serão previstas nos atos de outorga.

TozziniFreire.

Quer saber mais sobre o tema e novas oportunidades de investimento? Nossa equipe da área de **Infraestrutura e Energia** está disponível para esclarecer quaisquer dúvidas.



/LEONARDOMIRANDA
Imiranda@tozzinifreire.com.br
+55 11 5086-5422



/LIGIA PEREIRASCHLITTLER
lipereira@tozzinifreire.com.br
+55 11 5086-5534

tozzinifreire.com.br